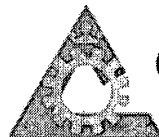


Procuradoria
Geral do Município



CATAGUASES
PREFEITURA

*Recebido
22/10/2025
Allyne*

PARECER JURÍDICO Nº 037/2026

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS. FASE PREPARATÓRIA. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR. PESQUISA DE PREÇOS. TERMO DE REFERÊNCIA. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES. MINUTA DO EDITAL, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO. CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021. VIABILIDADE JURÍDICA PARA A ABERTURA DO CERTAME. PARECER OPINATIVO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, por meio do **Memorando nº 1010/2025**, na qual solicita parecer jurídico quanto a análise de **abertura de processo licitatório nº 202/2025**, na modalidade de **Pregão Eletrônico**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com critério de julgamento de **menor preço por item**.

O objeto do certame licitatório trata-se de contratação de empresa especializada para fornecimento de mobiliário, aparelhos e utensílios domésticos, para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Cataguases/MG.

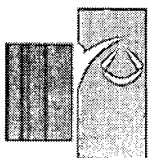
O valor global estimado é de R\$1.091.244,52 (um milhão, noventa e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Carreado ao requerimento inicial, encontram-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 093/2025, o Estudo Técnico Preliminar (ETP), as solicitações de demandas, o Termo de Referência e o Relatório de Cotação.

É o sucinto relatório. Passo à análise.

ψ

ψ



2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

À guisa de introdução, preleciona a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XXI, que impõe aos órgãos públicos, em razão de sua incumbência de bem gerenciar o erário, que realizem licitações para contratações de obras, aquisições, prestações de serviços e alienações a particulares, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

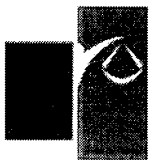
Da interpretação da Lei nº 14.133/2021, infere-se que o procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido.

De acordo com o artigo 17 da nova legislação, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: (I) preparatória; (II) de divulgação do edital de licitação; (III) de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; (IV) de julgamento; (V) de habilitação; (VI) recursal; (VII) de homologação.

Para o devido controle prévio da legalidade, define o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, que assim dispõe:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;



- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
- X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisa-se a seguir os documentos principais:

1) DA PESQUISA DE PREÇOS

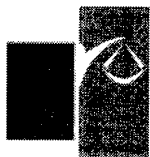
A adequada pesquisa de preços permite a correta estimativa do custo do objeto a ser adquirido em planilhas de quantitativos e preços unitários, define os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas contratuais e serve de balizamento para a análise das propostas dos licitantes, conforme dispõe o artº 23, da Lei n.º 14.133/2021.

No presente processo, consta aos autos pesquisa de preços baseada através da fonte banco de preços, devidamente elaborada pelo setor competente e assinada por Sra. Sabrina Souza Ribeiro Oliveira, na data de 06 (seis) de novembro de 2025.

Importa registrar que é do Ordenador de Despesas a decisão sobre a melhor solução a ser escolhida para se chegar à definição do objeto do certame e respectiva de valor, observando-se melhor oportunidade de conveniência quando da contratação, preservando o interesse público e efetividade, desde que respeitada a orientação prevista na lei.

2) DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Consigna-se que o Estudo Técnico Preliminar justifica a necessidade da contratação, analisa as soluções disponíveis e aponta o Sistema de Registros de



Proços (SRP) mais vantajoso, estando portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei.

Registra-se que o Plano de Contratação Anual (PCA) não foi acostado junto à solicitação para abertura deste Processo Licitatório, em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações

3) TERMO DE REFERÊNCIA

Verifica-se que houve o atendimento das condições gerais da contratação, necessidade da contratação (justificativa), obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, critérios de medição e condições de pagamento, forma e critérios de seleção do fornecedor, estimativa do valor da contratação, vigência, sanções aplicáveis e dotação orçamentária, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

4) MINUTA DO EDITAL

Os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e em observância ao que preceitua o artigo 25 da Lei nº 14.133/2021. Após análise do termo apresentado, constatou-se que a minuta do edital foi elaborada em consonância com os ditames legais, destacando, em síntese, a clareza e objetividade do objeto da licitação, dotação orçamentária, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas, julgamento de recursos e adjudicação e homologação do certame.

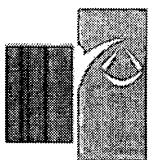
Ademais, é preciso que haja divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como em jornal diário de grande circulação, conforme determinação do art. 54, caput e §1º, c/c art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

5) MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Conforme o artigo 82 da referida legislação, o edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais a seguir declinadas.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;

VI - as condições para alteração de preços registrados;

VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

Quanto à minuta em questão, nota-se que a mesma contempla, dentre outras, as cláusulas necessárias previstas no dispositivo acima destacado, atendendo, portanto, aos requisitos legais mínimos exigidos, não sendo necessária nenhuma correção.

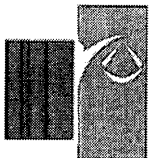
6) MINUTA DO CONTRATO

O artigo 92 da normativa estabelece em seus incisos as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

[Handwritten signature]



II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

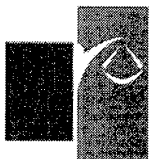
XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;



Procuradoria
Geral do Município



CATAGUASES
P R E F E I T U R A

XIX - os casos de extinção.

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas necessárias, devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021.

Cumprir destacar que o exame dos presentes autos restringe-se aos aspectos jurídicos, excluídos aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, presume-se que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação ao interesse público, tendo observado todos os requisitos legalmente impostos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ex positis, ao abrigo de tais razões, **OPINO** pela possibilidade jurídica de abertura do processo licitatório, desde que cumpridos os pontos recomendados acima.

Por derradeiro, cabe destacar que a manifestação aqui apresentada é de natureza opinativa e, portanto, não é vinculante para os gestores públicos, os quais poderão, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da ora exposta.

S.M.J., é o parecer desta Procuradoria.

Cataguases/MG, 21 (vinte e um) de janeiro de 2026.

Maria Olívia Mattos Calais
MARIA OLÍVIA MATTOS CALAIS
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 194.377

Patrícia de Souza Regenda Navarro de Moraes
PATRÍCIA DE S. R. NAVARRO DE MORAES
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 155.599